

GDF derruba 16 casas no Guará

Invasores choram, resistem, mas não conseguem evitar ação dos fiscais

Área invadida, na QE 44, é da Terracap, segundo Administração

Revolta, choro e resistência. Foi tensa a derrubada de 16 casas de alvenaria, construídas em área pública da QE 44, conjunto X, do Guará II, ontem à tarde. Os ânimos dos moradores ficaram exaltados durante o tempo em que os fiscais da Administração do Guará, da Terracap e do Sivoslo coordenavam a operação de retirada. Eles resistiram o quanto puderam para evitar a derrubada, mas toda a reclamação e o desespero foram em vão.

Apesar da resistência dos 50 moradores, ninguém saiu gravemente ferido durante a operação. Alguns deles tiveram pequenas escoriações pelo corpo, ao tentar impedir a derrubada de suas casas. Em alguns momentos, os 26 policiais militares destacados para a operação, que durou quatro horas, tiveram de retirar os mais exal-

tados da frente dos barracos, mas não houve violência. Assustadas, as crianças choravam.

Área pública

A área invadida, segundo o administrador do Guará, Divino Alves, pertence à Terracap e, por este motivo, tinha de ser desocupada. Ele diz que a invasão cresceu durante este Carnaval. Na Quarta-feira de Cinzas, os moradores foram notificados pela Administração e tinham até ontem, ao meio-dia, para desocupar a área. Como não cumpriram a determinação, tiveram suas casas derrubadas, apesar dos protestos.

A gari Laura Régia Rodrigues Costa, 29 anos, seis filhos, era uma das mais incorformadas com a situação. "É muita humilhação para nós, pobres, miseráveis. Dói demais na gente ver todo o dinheiro do nosso suor derrubado no chão", reclamava, ao ver sua casa sendo removida. Ela revela que gastou R\$ 1.015 para a compra dos materiais de construção. "Ainda não paguei tudo", acrescentou, com os olhos marejados.

Os filhos de Laura, embora pequenos — o maior tem 12 anos e o caçula cinco meses de idade — choravam baixinho junto com a mãe. Sentada em cima dos móveis, que conseguiu retirar da casa antes da derrubada, Laura garantia que iria dormir ontem ao relento com seus filhos. Assim como os demais, prometia erguer novamente a construção. "Não tenho para



POLICIAIS tentam conter, sem violência, moradora que resiste à remoção de sua casa

onde ir", disse, com firmeza.

Materiais

A pedido dos moradores, os fiscais retiraram as telhas, as portas e as janelas, antes de passar o trator em cima das casas. O material, discriminado com o nome do dono pelos fiscais, foi levado por um caminhão da Administração do Guará. Por

volta das 17h, quando a operação estava quase terminando, o advogado José Carlos de Matos disse que havia conseguido uma liminar da Justiça mantendo os moradores na área, mas sem validade, pois chegou depois da derrubada.

Ele promete brigar na Justiça para fixar os moradores, que dizem fazer parte da Coopera-

tiva dos Pioneiros do DF. "Aqui é um local de expansão habitacional", pondera. Durante a operação de ontem, apenas aqueles que tinham a liminar conseguiram manter suas casas de pé. Os demais, tiveram de olhar a derrubada.

MÁRCIA DELGADO

Repórter do Jornal de Brasília

Francisco Stuckert

Cooperativas criticam decreto

As cooperativas habitacionais do Distrito Federal consideram precipitado o decreto do governador Joaquim Roriz, que suspende a distribuição de lotes por meio dessas entidades e de associações de moradores. Para o presidente da Organização de Cooperativas do DF (OCDP), José Afonso Jácomo, as cooperativas sérias não serão afetadas pela medida do GDF e a auditoria prometida pelo governo local dentro das entidades vai ser útil para separar o "joio do trigo".

Jácomo lamentou que o governo não tenha suspendido a política por tempo determinado, enquanto são feitas avaliações e a auditoria, já que elas seriam suficientes para acabar com as fraudes. "Agindo dessa forma, ele igualou as entidades irregulares e as sérias", afirmou.

O presidente da OCDP contou que os cooperados não param de procurar as cooperativas com medo do que pode acontecer a partir de agora. "Estamos tendo de apagar um incêndio onde não havia fogo", declarou. "Não temos problemas, mas estamos sendo tratados como se tivéssemos".

Segundo Jácomo, apenas 54 cooperativas habitacionais estão hoje inscritas na Organização. A maioria das entidades que participavam do convênio com o GDF — como o Fórum de Habitação, o Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida e Famibre — não tinham ligação com a OCDP e não recebiam nenhum tipo de orientação para atuar. "Essas cooperativas acusadas de não ter critérios legítimos na distribuição dos lotes não estão vinculadas à nossa entidade",

explicou.

Por isso, Jácomo não duvida dos fins eleitoreiros de algumas cooperativas. "Não temos caráter político e sim puramente econômico", afirmou, "mas acredito que o objetivo de boa parte dessas cooperativas foi conseguir votos".

Águas Claras

O presidente da OCDP usa o bairro de Águas Claras como exemplo da legitimidade das cooperativas que coordena. Iniciadas em dezembro de 1992, a partir de um programa social do governo Roriz, as cooperativas habitacionais foram criadas como forma de garantir moradia à classe média a preços reduzidos.

A primeira vantagem das cooperativas — que atenderam aos funcionários do BRB, do Senado, da Câmara Legislativa e dezenas de outros servidores da cidade — era comprar terras direto da Terracap sem licitação e iniciar as obras a custos mais baixos.

Da construção de Águas Claras participaram 89 cooperativas, mas só três conseguiram financiamentos bancários. O restante trabalhou com o recurso dos associados, que davam o dinheiro para a compra do terreno e a elaboração dos projetos e depois participavam de uma poupança para a construção do prédio.

Hoje, 40 cooperativas estão construindo 120 prédios a um custo de R\$ 5 milhões mensais e gerando seis mil empregos. Cerca de cinco mil pessoas moram no bairro, que tem prontos 22 edifícios. "Esse é um caso claro de entidades sérias", declarou Jácomo.(P.L.)



MORADORES de invasão do Recanto das Emas, em frente ao Buriti: resistência à remoção

Invasores protestam no Buriti

Os 1.500 invasores da quadra 605 do Recanto das Emas, reunidos na Associação Amreli, estão mesmo a fim de brigar com o GDF. Em um protesto na frente do Palácio do Buriti, ontem, eles garantiram que não vão sair da invasão e que, se for preciso, deixarão até "rolar um pouco de sangue".

"Viemos saber do Roriz o que ele pretende com todas essas medidas", afirmou Gilberto Moitinho, presidente da Amreli, referindo-se ao decreto do governador proibindo a distribuição de lotes por meio de cooperativas e associações.

Acompanhado de cerca de 100 pessoas, eles ocuparam a praça do Buriti, levando faixas e cartazes de indignação. Os invasores queriam uma posição do governo quanto aos lotes que ocupam no Recanto das Emas, já que há alguns dias o governador foi ao local e assegurou que eles pode-

riam ficar na área.

Depois de terem sido recebidos pelo presidente do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF (Idhab), João Carlos de Medeiros, os invasores voltaram mais radicais. "Nossa conversa não foi nada agradável, eles disseram que vão notificar e derrubar os barracos, o que abrigam mais de três mil pessoas", contou.

Moitinho, porém, avisou que ninguém vai sair dos lotes. "Roriz chegou a mandar a secretária de Habitação, Ivelise Longhi, nos cadastrar. Estamos todos na lista, mas nunca fomos contemplados. Agora, não vamos abrir mão da área", afirmou.

Sangue

Segundo ele, a equipe do GDF vai ser recebida no Recanto das Emas como eles foram recebidos no Buriti: sem negociação. "Prendemos reagir e não nos impor-

tamos que tenha um pouco de sangue", declarou.

A briga prometida pelos invasores, no entanto, vai esperar pelo menos até a próxima quarta-feira, quando eles terão outra reunião com o presidente do Idhab. João Carlos de Medeiros prometeu conversar com o governador para receber do próprio Roriz orientações sobre como agir no caso do Recanto.

"Vamos notificá-los e derrubar os barracos, com certeza, porque invasão é crime", garantiu. "Mas queremos que essa retirada se dê da forma mais pacífica possível e, por isso, pedimos o prazo para que eles tenham uma posição definida do governo". A política habitacional do GDF só será definida após o seminário sobre habitação que vai ser realizado nos dias 22 e 23 de março.

PAOLA LIMA

Repórter do Jornal de Brasília